

NESTA EDIÇÃO:**INFORMAÇÕES****PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Acidentes do Trabalho no Brasil-Custo Aproximado de 71 Bilhões por Ano, Pg.28

Acidentes do Trabalho-Condenações pela Justiça do Trabalho-Envio à Procuradoria da Fazenda, Pg.29

Agenda Tributária-Dezembro 2011, Pg.29

Assistência Social - LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social - Regulamentação do Art. 20 da Lei nº 8.742/93 sobre Benefício de Prestação Continuada - Pessoas com Deficiência e Idosos, Pg. 29

Benefícios- Processo Administrativo e Judicial-Identidade do Pedido-Revogação do Art. 595 da IN INSS 45/2010, Pg.30

Créditos Tributários-Legislação Tributária-Processos de Consulta-Regulamentação, Pg. 30

Delegacias das RFB-Competência Territorial e por Matérias-Alterações, Pg.30

Obrigações Acessórias Relativas a Tributos Administrados pela RFB-Municípios de Santa Catarina Especificados-Prorrogação Prazo, Pg. 30

Recolhimentos de Tributos Federais-Prorrogação-Prazos Processuais Administrativos-Suspensão - Municípios de Santa Catarina que especifica, Pg. 30

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

NR 28-Infrações-Códigos e Penalidades em SST-Alterações e Inserções-Retificação, Pg.31

Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho-PNSST-Disposições, Pg.31

TRABALHO

CNPJ-Alterações na IN RFB 1.183/2011, Pg. 31

Copa das Confederações e Copa do Mundo-FIFA 2013 e 2014- rocedimentos para Habilitação aos Benefícios Fiscais, Pg. 31

Despachante Aduaneiro e Ajudante de Despachante Aduaneiro-Exercício das Profissões, Pg. 31

Educação Física-Profissional Suspenso Trabalhando-Notificação, Pg. 32

Fisioterapeutas-Especialidades-Disciplinamentos, Pg. 32

Identidade Civil-Especificações Técnicas Básicas do Documento, Pg. 33

Médico-Residente-Atividades e Contribuições aos Conselhor Profissionais, Pg. 33

Médico Residente-Pro-Residência-Vagas-Bolsas-Manutenção até 31.12.2014, Pg. 33

Médico Residente-Pro-Residência-Vagas-Bolsas-Manutenção até 2014-Republicação, Pg. 33

Microempreendedores e População de Baixa Renda-Pagamento de Subvenções a Instituições Financeiras-Alterações na Lei 10.735/2003, Pg. 34

Microempresas-Microempreendedor Individual-MEI-Simples Nacional-Receitas e Outros - Alterações na LC 123/2006-Vigência a partir de 01.01.2012, Pg.

PRONATEC-Ensino Técnico-Bolsa-Formação-Diretrizes, Pg. 34

PRONATEC-Créditos Orçamentários Visando a Oferta de Bolsas-Instituições da Rede Federal-Critérios, Pg. 34

PRONATEC-Recursos Financeiros-Bolsas-Formação em Cursos Vinculados aos Serviços Nacionais de Aprendizagem-Orientações, Pg. 34

PRONATEC-Recursos Financeiros-Bolsas-Formação em Cursos Vinculados aos Serviços Nacionais de Aprendizagem-Orientações-Alterações na Resolução FNDE 61/2011, Pg. 35

REP-Registrador Eletrônico de Ponto-Avaliação da Conformidade-Consulta Pública, Pg. 35

REP-Registrador Eletrônico de Ponto-Regulamento Técnico da Qualidade-Consulta Pública, Pg. 35

Saúde-Planos-Ex-Empregados-Manutenção da Condição de Beneficiário-Regulamentação, Pg. 35

Serviço Público-Concurso Público- Âmbito do CJF -Pessoas Portadoras de Deficiência, Pg. 35

Serviço Público-Limites Remuneratórios nos Casos que Especifica, Pg. 35

Técnicos em Radiologia-Supervisor das Aplicações das Técnicas Radiológicas-Normatização, Pg. 36

Trabalho Rural-Grupo Especial para Estudo da Realidade das Relações de Trabalho-Instituição, Pg. 36

OUTROS

DCTF-IN RFB 1.110/2010-Setembro/2011-Prorrogação para 30.11.2011, Pg. 36

Indústrias de Semicondutores-PADIS-Critérios-Alterções, Pg. 36

Parcelamento-Débitos Apurados no Simples Nacional, Pg. 36

JURISPRUDÊNCIA

TRABALHO

Salário Mínimo-Fixação por Decreto do Executivo-Constitucionalidade, Pg. 37

ORIENTAÇÕES

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Estresse e os Afastamentos do Trabalho, Pg. 40

PERGUNTAS MAIS FREQUENTES

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuintes Individuais-Inscrição no RGPS, Pg. 42

TRABALHO

Atestados Médicos-Ordem Preferencial, Pg. 43

ÍNDICE GERAL ANUAL 2011

Edições VOE 01/11 a 11/11

(Ordem Alfabética)

Assunto

VOE/Ano/Pág.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Abono Anual 2011-Benefícios Previdenciárias-Antecipação em Agosto	07/11/19
Acidentes do Trabalho-Ações Regressivas do INSS	07/11/34
Acidentes do Trabalho-Condenações pela Justiça do Trabalho-Envio à Procuradoria da Fazenda	11/11/28
Acidentes do Trabalho no Brasil-Custo Aproximado de 71 Bilhões por Ano	11/11/29
Ações Regressivas Acidentárias contra Empresas-Acordos ou Transações no Âmbito da PGF-Disciplinamento	01/11/09
Agências da Previdência Social-Localização, Vinculação, Denominação, Codificação	09/11/25
APOSENTADORIA ESPECIAL-CUSTEIO: CONSIDERAÇÕES GERAIS	05/11/31
Aposentadoria Especial-Enquadramento por Categoria Profissional-Condições-Enunciado 32 do CRPS	07/11/19
Aposentadoria Especial- Mandados de Injunção no STF	07/11/26
Aposentadoria Especial-Servidores Públicos-Direito	09/11/35
Aposentadoria Especial-Servidores Públicos-Procedimentos	03/11/12
Aposentadoria por Invalidez Precedida de Auxílio Doença-Cálculo do Benefício	09/11/36
APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO NO RGPS	09/11/44
APOSENTADORIA-SERVIÇO DE SIMULAÇÃO DO CÁLCULO NA INTERNET	07/11/33
Arrolamento de Bens e Direitos do Sujeito Passivo da Obrigação Tributária-Limites	09/11/25
Arrolamento de Bens para Propositura de Medida Cautelar Fiscal-Procedimentos	07/11/19
Arrolamento de Bens e Direitos do Sujeito Passivo da Obrigação Tributária-Limites-Alterações na IN RFB 1.171/2011	10/11/27

ARQUIVOS DIGITAIS-VALIDAÇÃO E CERTIFICAÇÃO-OBRIGATORIEDADE	06/11/34
Assistência Social-Ações de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos	09/11/25
Assistência Social - LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social - Regulamentação do Art. 20 da Lei nº 8.742/93 sobre Benefício de Prestação Continuada - Pessoas com Deficiência e Idosos	11/11/29
Atendimento Igualitário aos Segurados-Revogação da Portaria MPAS 6.480/2000	01/11/09
Atos Administrativos-Resolução INSS 70/2009-Prorrogação do Prazo	04/11/14
Audidores da Receita Federal do Brasil-Remoção por Permuta-Normas	01/11/09
Auxílio-Alimentação-Natureza Salarial	02/11/14
Aviso Prévio Indenizado-Não Incidência da Contribuição Previdenciária-Nova Decisão STJ	02/11/15
Benefícios-Antecipação do Pagamento-Municípios Paraná e Santa Catarina em Estado de Calamidade Pública	09/11/25
Benefícios-Antecipação-Região Sul-Instruções	04/11/14
Benefícios-Antecipação-Região Sul-Autorização	04/11/14
Benefícios-Antecipação-Alteração Cronograma-Municípios do RJ que Específica	01/11/13
Benefícios-Antecipação de Uma Renda Mensal-RJ-Municípios que Específica-Autorização	01/11/14
Benefícios-Cadastramentos, Segurados Facultativos, Trabalhadores Rurais-Alterações na IN INSS 45/2010	02/11/09
Benefícios com Base no Valor do Salário Mínimo-Reajuste a Partir de 01.03.2011	03/11/12
Beneficiários-Comprovação de Vida, Renovação de Senha e Prestação de Informações	03/11/12
Benefícios de Prestação Continuada da Assistência Social-Parâmetros-TCU-Acórdão 668/2009	09/11/26
Benefício de Prestação Continuada-Casos de Calamidade Pública-Estados PR e SC-Antecipação	09/11/26
Benefícios-Microempreendedor Individual e Segurado Facultativo, Dependentes, Salário Maternidade, LOAS e PPDs e Código Civil-Alterações	09/11/26
Benefícios Pagos Indevidamente - Restituição ao INSS - Questionamento no STF	07/11/35
Benefícios-Prazo de 60 dias para o Saque na Agência Bancária	07/11/45
Benefícios- Processo Administrativo e Judicial-Identidade do Pedido-Revogação do Art. 595 da IN INSS 45/2010	11/11/30
Benefícios-Teto-Revisão em Âmbito Nacional	09/11/26

CAC-Serviço de Pedido de Pagamento de Restituição-PERES-Inclusão	02/11/09
CAT-Comunicação de Acidente de Trabalho-Obrigatoriedade, Prazo, Vias	06/11/38
Centro Virtual de Atendimento-e-CAC-RFB-Procuração-Alterações-Revogação IN RFB 1 120/2011	04/11/14
CND nos Registros Públicos-EIRELE-Sociedades Empresárias-Exigências-Disposições	10/11/27
CNIS-Dossiê Físico-Formação Manual de Procedimentos-Aprovação	07/11/19
CNIS-Prazo para Regulamentação	07/11/19
Código de Receita 2080 - Depósitos Judiciais e Extrajudiciais Administrados pela PGF-AGU	03/11/12
Compensação-Decisão Judicial-Normas Gerais	08/11/21
Compensação – Prazo - Indébito Tributário – Repetição ou Compensação – Prazo	07/11/28
Consórcios-Procedimentos Fiscais-Revogação das IN RFB 834/2008, IN RFB 917/2009 e 1.057/2010	10/11/27
Contribuição de 2,5% pelas Instituições Financeiras-Repercussão Geral	09/11/38
Contribuintes Individuais-Inscrição no RGPS	11/11/42
Contribuinte Individual-Comprovantes de Pagamento e Recibos de Pagamento-Obrigatoriedade	05/11/37
Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014-Medidas Tributárias	10/11/27
Créditos Tributários-Legislação Tributária-Processos de Consulta-Regulamentação	11/11/30
Crimes contra a Ordem Tributária-Representações pela RFB-Procedimentos a serem Observados-Alterações na Portaria RFB 2.439/2010	08/11/21
DARF-Códigos de Receita-Instituição	08/11/21
Débitos Inscritos em Dívida Ativa - Acesso aos Servidores do Judiciário - Autorização	01/11/14
Delegacias das RFB-Competência Territorial e por Matérias-Alterações	11/11/30
Dependentes e Qualidade de Segurado-Manual-Aprovação	10/11/28
Depósitos Judiciais e Extrajudiciais-Alterações na IN RFB 421/2004	07/11/20
DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS-EXTINÇÃO ATRAVÉS DE APÓLICES DE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA E INTERNA BRASILEIRA-ALERTA PARA FRAUDES	06/11/35
DJE-Códigos de Receita para Depósito Judicial e Extrajudicial-Divulgação e Consolidação	08/11/21

Empresas de TI, TIC e Empresas Fabricantes de alguns Produtos Relacionados TIPI -Contribuições Previdenciárias-Alterações; REINTEGRA para Empresas Exportadoras; IPI-Redução	08/11/22
Estabilidade Acidentária-Concessão Independe de Atestado Médico do INSS	05/11/24
Execução Fiscal-Suspensão-Prazo de Prescrição	03/11/12
FAP 2012-Divulgação dos Índices Frequencia, Gravidade e Custo e Apresentação de Recursos	09/11/27
FAP 2012-Divulgação dos Índices Frequencia, Gravidade e Custo por CNAE e Apresentação de Recursos-Reencaminhamento	09/11/27
Fiscalização RFB-Atividades-Planejamento e Normas para Execução de Procedimentos Fiscais-Mandados de Procedimento Fiscal	06/11/18
GIILRAT-Enquadramento da Empresa-Normas	07/11/39
GIILRAT-GRAU DE INCIDÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORATIVA DECORRENTE DOS RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO-CONTRIBUIÇÕES DA EMPRESA-ALÍQUOTAS BASE E ENQUADRAMENTO	02/11/22
GFIP-Multas por Não Apresentação ou Apresentação com Incorreções	03/11/31
GFIP e Demais Obrigações Acessórias-Região Sul-Prorrogação do Prazo para os Municípios que Especifica	04/11/14
GPS - CÓDIGOS DE RECOLHIMENTO	03/11/22
GPS-Códigos de Recolhimento-Revogação do ADE CODAC 79/2010	09/11/27
Justiça do Trabalho-Valor de Contribuições Previdenciárias Igual ou Inferior a R\$10.000,00	09/11/27
Justiça do Trabalho-Valor de Contribuições Previdenciárias Igual ou Inferior a R\$10.000,00-Disciplinamento pela PGF	10/11/28
LOAS-Definição das Competências do CNAS-Conselho Nacional de Assistência Social	06/11/18
LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social-Alterações	07/11/20
Médicos Residentes e Servidores ou Empregados AGU – Alterações	01/11/09
MEI-Microempreendedor Individual - MP 529/2011 - Contribuição Previdenciária-Prorrogação da Vigência	05/11/16
MEI-Microempreendedor Individual - Redução da Contribuição Previdenciária de 11% para 5% a Partir da Competência Maio/2011	05/11/16
MEI-Micro Empreendedor Individual-Segurado Obrigatório da Previdência Social-Qualidade-Obrigações da Empresa Contratante	08/11/50
MEI-Microempreendedor Individual-Simples-Contribuição Previdenciária-Alteração do Valor	01/11/11
MEI-Microempreendedor Individual-Contribuição Previdenciária de 5%-Alterações na Lei 8.212/91	04/11/15

Microempresas-Microempreendedor Individual – MEI - Simples Nacional - Receitas e Outros-Alterações na LC 123/2006 - Vigência a partir de 01.01.2012	11/11/34
Parcelamento-Consolidação dos Débitos-Arts. 1º ao 13 da Lei 11.941/2009	02/11/09
Obrigações Acessórias Relativas a Tributos Administrados pela RFB-Municípios de Santa Catarina Especificados-Prorrogação Prazo	11/11/30
Parcelamentos no Âmbito da PGFN-Municípios do RJ que Especifica-Parcelas-Prorrogação do Prazo para Pagamento	01/11/15
Parcelamento - Lei 11.941/2009 - Consolidação-Enquadramento das Empresas - Alterações na Portaria Conjunta PGFN RFB 02/2011	05/11/16
Parcelamento-Lei 11.941/2009-Informações para a Consolidação-Prazo-Prorrogação para o Período 10 a 31/08/2011	06/11/18
Parcelamento-Lei 11.941/2009-Informações para a Consolidação-Prazo-Prorrogação para o Período 10 a 31/08/2011	07/11/20
Pessoas Portadoras de Deficiência-Avaliação Social e Médico-Pericial-Critérios e Procedimentos	05/11/16
Perícia Médica do INSS-Mudanças no Atual Modelo	07/11/46
PER-DCOMP 4.5-Aprovação	03/11/13
PER/DCOMP-Versão 4.6-Aprovação	06/11/18
PPP-PERFIL PROFISSIONÁRIO PREVIDENCIÁRIO	06/11/36
Prazo para Repetição ou Compensação de Indébito Tributário e Art. 4º da LC 118/2005 – 2	07/11/29
Prazo para Repetição ou Compensação de Indébito Tributário e Art. 4º da LC 118/2005 – 3	07/11/30
Prazo para Repetição ou Compensação de Indébito Tributário e Art. 4º da LC 118/2005 – 4	07/11/31
Precatórios-Compensação-Disciplinamento	08/11/22
Produção Rural-Pessoa Física-STF-Inconstitucionalidade da Contribuição de 2% sobre a Receita	08/11/29
PRONATEC-programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego-Instituição; FIES-Alterações; Seguro-Desemprego-Cancelamento-Alterações; Serviços Nacionais de Aprendizagem-Integração do Sistema Federal de Ensino	10/11/31
Recolhimentos de Tributos Federais-Prorrogação-Prazos Processuais Administrativos-Suspensão-Municípios de Santa Catarina que especifica	11/11/30
Reembolso Creche-Não Integração ao Salário de Contribuição	06/11/39
Reembolso Creche-Não Integração ao Salário de Contribuição-Condições	09/11/48
Representação Fiscal para Fins Penais-RFFP-Arrolamento de Bens e Direitos-Movimentação dos Processos	03/11/13

Responsabilidade Solidária-Sócios Gerentes e Terceiros com Poderes de Gerência	10/11/28
Retenção Previdenciária-Instalação e Montagem de Estruturas Metálicas-Sujeição	07/11/20
Retenção Previdenciária-STF-Declarada a Constitucionalidade	08/11/30
Retenção Previdenciária-Transporte Terrestre de Passageiros-Sujeição	05/11/17
REVISÃO DO TETO DOS BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO-CALENDÁRIO ANUNCIADO PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL	07/11/35
RFB-Regimento Interno-Alteração dos Anexos VII e IX	04/11/15
RFB-Regimento Interno-Alteração dos Anexos IX e X	09/11/28
RFB-Regimento Interno-Insustentabilidade da Portaria RFB 2.415/2011	04/11/14
RPPS-Certificado de Regularidade Previdenciária-Cumprimento de Decisão Judicial-Alterações	01/11/09
RPPS-Regimes Próprios de Previdência Social-Recursos Financeiros-Disposições	08/11/22
RPPS e RGPS-Compensação Previdenciária entre os Regimes	01/11/10
Salário de Contribuição-Planos de Saúde e Educacionais-Previdência Complementar-Seguro de Vida	08/11/47
Serviço Público-INSS-Cargos Comissão, Funções de Confiança e Peritos Médicos-Cargos-Disposições	05/11/17
Serviço Público-Integrantes da Carreira de Auditoria da SRFB-Regras Gerais de Remoção	09/11/28
Servidores do Estado de Minas Gerais - RGPS-Regime Geral de Previdência Social - Critérios para Enquadramento	01/11/10
SIMPLES NACIONAL-Manual de Arrecadação	08/11/22
SIMPLES Nacional-Prazos-Municípios do RJ que Especifica-Prorrogação	01/11/19
SIRC-Sistema Nacional de Informações de Registro Civil-Applicativos-Utilização	05/11/17
SUS-Gestores-Prestação de Contas-Órgãos Competentes	07/11/21
SUS-Regulamentação	06/11/19
Tabela de Salários de Contribuição a Partir de Julho/2011-Reajustes de Benefícios-Atualizações	07/11/21
Tabela de Salários de Contribuição a Partir de Julho/2011-Reajustes de Benefícios-Atualizações-Republicação	07/11/21
Tabela de Salários de Contribuição a Partir de Julho/2011-Reajustes de Benefícios-Atualizações-Retificação	07/11/21
Tabela Salários de Contribuição-Salário Família-Benefícios-Reajuste a Partir de Janeiro 2011 e Retificação	01/11/10
TEMPO DE SERVIÇO-RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO E DA INDENIZAÇÃO	03/11/27
Trabalhador Avulso-Segurado Obrigatório-Conceito	03/11/32

Tributos Federais, Parcelamentos, Atos Processuais-Região Sul-Prorrogação dos Prazos	04/11/14
Vale Transporte em Dinheiro-Contribuição Previdenciária-Decisão STJ	03/11/19

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Abate e Processamento de Carnes e Derivados-Norma Regulamentadora-Consulta Pública	08/11/22
Adicional de Periculosidade-Pagamento Proporcional-Invalidade	02/11/15
Embargos e Interdições – Disciplinamentos	01/11/11
Estabelecimentos de Saúde-Cadastro dos Profissionais de Saúde no SCNES-Responsabilidades	04/11/15
Estresse e os Afastamentos do Trabalho	11/11/40
Excesso de Esforço-Empregado de Metalúrgica é Indenizado	05/11/25
Farmacêuticos-Gestão de Produtos para a Saúde-Atribuições	09/11/29
Fisioterapeutas-Ginástica Laboral-Disposições	06/11/19
Mototaxi e Motofrete-Requisitos Mínimos de Segurança-Alterações na Resolução CONTRAN 356/2010	04/11/15
NR 03-Embargo ou Interdição-Alterações	01/11/11
NR 05-CIPA-Processo Eleitoral, Desativação, Atas, Vacância-Alterações	07/11/21
NR 06-EPI-CA-Prazo de Validade nos Casos que Especifica-Prorrogação	01/11/11
NR 06-EPI-Alterações	02/11/09
NR06-EPI-Certificado de Aprovação-Prazos de Validade - Prorrogação-Alterações nas Portarias SIT 121 e 126/2009	05/11/17
NR 06-EPI-Nível de Atendimento de Desempenho-Alteração Portaria SIT 189/2010	07/11/22
NRs 07, 08, 18 e 23-PCMSO-Edificações-Construção Civil-Proteção Contra Incêndios	05/11/17
NR 12-Máquinas e Equipamentos-C60-Competências da CNTT	06/11/19
NR 13-Caldeiras e Vasos de Pressão-Comissão Nacional Tripartite-Constituição	06/11/19
NR 15-Benzeno-Alteração do Anexo 13-A	02/11/10
NR 15-Benzeno-Cadastramento de Empresas-Procedimentos	03/11/13
NR 18-Construção Civil-Alterações	01/11/11
NR 18-Construção Civil-Alterações	06/11/19
NR 18-Construção Civil-Alterações	08/11/23
NR 18-Construção Civil-Alterações-Retificação na Portaria SIT 201/2011	01/11/11
NR 19-Explosivos e NR 26-Sinalização de Segurança-Alteração	05/11/18

NR 22-Mineração-Segurança e Saúde Ocupacional-Alterações	01/11/12
NR 24 –Refeitórios-Exigências-Condições	08/11/48
NR 25-Resíduos Industriais-Alterações	05/11/18
NR 28-Infrações-Códigos e Penalidades em SST-Alterações e Inserções	07/11/28
NR 28-Infrações-Códigos e Penalidades em SST-Alterações e Inserções-Retificação	11/11/31
NR 32-Plano de Prevenção de Riscos de Acidentes com Materiais Perfurocortantes-Alterações	09/11/28
NR 34-Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e Reparação Naval-Aprovação-NR 30-Plataformas e Instalações de Apoio-Alterações	01/11/12
NR 34-Indústria da Construção e Reparação Naval-Competências da CNTT	06/11/19
Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho-PNSST-Disposições	11/11/31
Produtos Perigosos-Trânsito Seguro por Instalações Portuárias-Norma de Procedimentos-Aprovação	09/11/28
Radiações-Radioproteção e Segurança Nuclear-Posições Regulatórias-Aprovação	05/11/18
Radiologia-Supervisores de Proteção Radiológica-Certificação da Qualificação-Disposições	09/11/32
Resíduos-Retirada de Embarcações, Plataformas-Disciplinamento da Prestação dos Serviços	08/11/23
Saúde do Trabalhador-SUS-Diretrizes da Política Nacional-Consulta Pública	05/11/18
Talidomida-Controle	03/11/13
Trabalho em Altura-Norma Regulamentadora-Disponibilização para Consulta Pública	06/11/20
Trabalho em Altura-Proposta de Norma Regulamentadora-Constituição de Grupo de Trabalho Tripartite-Designações	09/11/28
Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos-Atualização do Regulamento	05/11/18

TRABALHO

Acordo de Compensação Individual-Possibilidade	01/11/26
Adicional de Periculosidade-Pagamento Proporcional-Invalidade	02/11/15
Adicional de Periculosidade-Pagamento Proporcional-Invalidade	04/11/20
Adicional Noturno-Prorrogação da Jornada-Integração do Adicional após às 5:00-Questionamento no STF	04/11/21
Administrador-Perícia Judicial e Extrajudicial	08/11/23
Admissão-Comprovação de Experiência Prévia-Não Exigência-Condições	10/11/47
Advogados-Exame da Ordem-Disposições	06/11/20
Agente Autônomo de Investimento-Atividade-Disposições	06/11/20

Aluguel-Parcela Salarial-Characterização	06/11/25
Aprendizagem-Cooperação ou Parcerias entre Entidades-Alteração da Portaria MTE 2.755/2010	02/11/10
Aprendizagem-Cursos de Aprendizagem e Cursos Técnicos-Alterações nas Portarias 2.185/2009 e 615/2007	08/11/23
APRENDIZES-OBRIGATORIEDADE DE ADMISSÃO PELAS EMPRESAS	04/11/27
Aquicultor-Registro e Licença no RGP-Registro Geral de Atividade Pesqueira	05/11/19
Arquitetura e Urbanismo-Regulamentação da Profissão e Criação do CAU/BR-Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	01/11/13
Assistentes Sociais-Nome Social-Inclusão nos Documentos de Identidade Profissional	09/11/29
Atestados Médicos-Ordem Preferencial	11/11/43
Atletismo e Bolsa Atleta-Recursos-COB-Contrato de Trabalho Desportivo-Alterações nas Leis 9.615/98 e 10.891/2004	03/11/14
Audidores da Receita Federal do Brasil-Remoção-Regras Gerais-Estabelecimento	01/11/13
Auditor Fiscal do Trabalho-Porte de Arma-Concessão de Certificado-Disposições	05/11/19
Auxílio-Alimentação-Natureza Salarial	02/11/14
Aviação Civil-Aeronáutica-Criação de Cargos em Comissão-Controladores de Tráfego Aéreo-Contratação-Alterações na Legislação	03/11/14
Aviso Prévio Proporcional ao Tempo de Serviço-Disposições	07/11/28
Aviso Prévio Proporcional-Propostas e Parâmetros-Discussões no STF	06/11/25
Aviso Prévio-Reconsideração	01/11/26
Biomedicina Estética-Habilitação-Critérios	07/11/22
Biomedicina-Técnicos de Saúde e Áreas Afins-Inscrição nos CRBM-Possibilidade	07/11/29
Biomédicos-Código de Ética-Regulamentação	04/11/16
Biomédicos - Exercício da Saúde Estética - Atribuições e Responsabilidades	02/11/10
Cabeleireira-Vínculo Empregatício Reconhecido	03/11/19
CADASTUR-Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos-Instituição	07/11/22
Cartão de Crédito-Pagamento de Faturas por Consignação em Folha de Pagamento-Alterações na Circular BACEN 3.512/2010	07/11/22
CLT-ANTEPROJETO QUE ALTERA CLT PRETENDE DAR MAIS EFETIVIDADE AO PROCESSO DO TRABALHO	05/11/33
CLT-PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO	07/11/36
CND-Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-Instituição-Acréscimo do Título VII-A à CLT	07/11/22
CNDT-Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-Âmbito da Justiça do Trabalho	08/11/23
CNPJ-Alterações na IN RFB 1.183/2011	11/11/31

Consórcios-Parcelamentos de Empresas Inativas, em Processos de Liquidação ou Falência-IRF Pesquisas e Ensino no Exterior- Alterações na Legislação	05/11/19
Contrato de Experiência-Novo Contrato por Prazo Determinado	07/11/41
Contrato de Experiência-Previsão de Prorrogação Automática	09/11/40
Contrato por Prazo Determinado-Prazos-Prorrogações-Limites	10/11/47
Controle Eletrônico de Jornada de Trabalho-Sistema Alternativo-Adoção-Possibilidade - Condições	09/11/48
Copa das Confederações e Copa do Mundo-FIFA 2013 e 2014- Procedimentos para Habilitação aos Benefícios Fiscais	11/11/31
Cooperativa-Diretor-Estabilidade Provisória	08/11/32
CRT-Conselho de Relações do Trabalho-Alterações na Portaria MTE 2.092/2011	04/11/16
Danos Morais-Demissão por Consumo de Cerveja de Marca Concorrente-Indenização	09/11/41
DCTF referente Dezembro/2010-Prorrogação Prazo para 23.02.2011	02/11/10
Despachante Aduaneiro e Ajudante de Despachante Aduaneiro- Exercício das Profissões	11/11/31
Dívidas Trabalhistas-Pagamento com Cartão de Crédito	10/11/37
Economistas-Exercício Profissional-Documentos Comprobatórios	06/11/20
Educação Física-Profissional Suspenso Trabalhando-Notificação	10/11/29
Educação Física-Profissional Suspenso Trabalhando-Notificação	11/11/32
Educação Física-Registros de Profissionais-Baixa, Suspensão e Cancelamento-Normas Reguladoras-Instituição	10/11/29
Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista-Participação de Empregados nos Conselhos de Administração Disposições	03/11/14
Empréstimo-Desconto Indevido na Rescisão	06/11/27
Enfermeiro-Acesso Venoso Via Cateterismo Umbilical-Normatização	10/11/29
Enfermeiros-Coleta de Material para Colpocitologia Oncótica-Método de Papanicolau-Normatização -Termo Inicial-Vigência	10/11/29
Enfermeiros-Equipe de Enfermagem-Transporte de Pacientes	04/11/16
Enfermeiros-Fiscalização Profissional	03/11/14
Enfermeiros-Presença-Situações de Risco Conhecido ou Desconhecido	04/11/16
Enfermeiros-Presença em Situações de Risco-Alteração da Vigência da Resolução COFEN 375/2011	06/11/20
Enfermeiros-Títulos de Pós-Graduação-Procedimentos para Registro no Sistemas COFEN e Conselhos Regionais	10/11/30
Engenheiros e Arquitetos-ART-Critérios e Procedimentos	02/11/10
Engenheiros e Arquitetos-ART e Acervo Técnico-Requerimento ao CREA	09/11/29
Equiparação Salarial-Paradigma Estrangeiro	08/11/23

Erradicação do Trabalho em Condição Análoga à de Escravo-Fiscalização-Disposições	10/11/30
Estabelecimentos de Saúde-Cadastro dos Profissionais de Saúde no SCNES-Responsabilidades-Republicação da Portaria SAS 134 11	05/11/19
Estabilidade da Gestante-Contrato de Experiência	01/11/26
Estrangeiro-Intercâmbio Profissional-Concessão de Visto	04/11/16
Estrangeiros-Transformação de Residência Provisória em Permanente-Disposições	08/11/23
Exterior-Legislação Aplicável aos Contratos de Trabalho	10/11/38
Farmacêuticos-Cédula de Identidade Profissional-Prorrogação da Validade até 31.12.2012	09/11/29
Farmacêutico-Dispensação e Controle de Antimicrobiano-Atribuições	01/11/14
Farmacêuticos-Gestão de Produtos para a Saúde-Atribuições	09/11/29
Farmacêuticos-Ingresso ao PRF/CFF/CRF-Prorrogação do Prazo	02/11/10
Farmacêuticos-Medicamentos Antimicrobianos-Dispensação Mediante Receituário-Alteração na Resolução CFF 542/2011	05/11/19
Farmacêuticos-Obrigatoriedade em Distribuidoras de Remédios	02/11/16
Farmácia de Plantas Medicinais e Fitoterápicos-Indicação-Disposições	07/11/22
FAT-Fundo de Amparo ao Trabalhador-Transferências de Recursos-Alterações na Resolução CODEFAT 575/2008	06/11/21
FAT-PNQ-Plano Nacional de Qualificação-SINE-Transferência de Recursos aos Estados, Municípios e Organizações	10/11/30
Férias Coletivas-Concessão a Alguns Empregados-Descaracterização	07/11/41
Férias-Irregularidades na Concessão-Indenização por Danos Morais Coletivos	04/11/22
FGTS-Conectividade Social-Acesso através de Certificação Digital ICP-Brasil	04/11/16
FGTS-Conectividade Social-Acesso através de Certificação Digital ICP-Brasil-Republicação	04/11/16
FGTS-Desastres Naturais-Saque-Valor	01/11/14
FGTS-Estado de Santa Catarina-Intervalo de Movimentação e Limite do Valor de Saque	09/11/29
FGTS-Movimentação das Contas-Procedimentos-Revoga a Circular CEF 521/2010	01/11/15
FGTS-Movimentação-Estado SC-Procedimentos	10/11/30
FGTS-Parcelamento Relativo às Contribuições Sociais da LC 110/2001-Manual de Orientação-Disponibilidade na CEF	09/11/30
FGTS-Recolhimentos Mensais e Rescisórios-Procedimentos-Revogação da Circular CEF 450/2008	04/11/17
Fiscalização-Documents, Livros, Materiais, Equipamentos-Apreensão e Guarda por Auditor Fiscal do Trabalho	03/11/14
Fisioterapeutas-Especialidades-Disciplinamentos	11/11/32
Fisioterapeuta-Especialidade em Terapia Intensiva-Reconhecimento	10/11/30

Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais-Proibição da Oferta de Serviços pela Internet-Disposições	08/11/24
Fisioterapeutas-Fisioterapia Oncológica-Especialidade Própria e Exclusiva	08/11/24
Fisioterapeutas-Método Pilates-Utilização-Disposições	06/11/21
Fisioterapeutas-Parâmetros Assistenciais Fisioterapêuticos	06/11/21
Fonoaudiólogos-Conduitas nos casos de Ingerências Técnicas de outras Profissões	02/11/11
Função de Confiança-Incorporação de Gratificação-Caso	02/11/17
Gás Natural-Agente Vendedor-Autorização-Regulamentação	10/11/31
Gás Natural - Autoprodutor e Autoimportador – Registro - Regulamentação	10/11/31
Honorários Advocatícios-Julgamento-Incompetência da Justiça do Trabalho	03/11/20
Horas Extras por Participação em Cursos-Legitimidade da Ação de pedido de Pagamento	06/11/29
Horas In Itinere -Trajeto Interno da Empresa	02/11/18
Horário de Verão-Alterações no Decreto 6.558/2008	10/11/31
Homologação-Extinção da Empresa-Ementas da SRT-Revogação da Ementa 18 da SRT	04/11/17
HomologNet-Funcionalidades	02/11/25
HomoloNet-Legislação	02/11/25
HomologNet-Implantação-Unidades Federativas	02/11/25
HomologNet-Entidades Sindicais	02/11/26
HomologNet-Não Obrigatoriedade	02/11/06
HomologNet-Cadastramento de Usuários	02/11/26
HomologNet-Alteração de Senha	02/11/27
HomologNet-Exclusão de Usuário	02/11/27
Identidade Civil-Especificações Técnicas Básicas do Documento	11/11/33
Infrações de Trânsito sem Utilização de Veículos-Pessoas Jurídicas e Físicas-Responsabilidades-Disposições	08/11/24
Inovação à Pesquisa Científica e Tecnológica-Incentivos-Condições-Alterações no Decreto 5.563/2005	08/11/24
Intervalos Intrajornadas-Indeterminação de Horários-Invalidade da Ampliação	02/11/19
Intervalos Intrajornadas-Médicos-Descumprimento-Horas Extras	06/11/30
IR-MEI-Microempreendedor Individual-DIRF-Dispensa-Condições	02/11/11
IR - Benefícios Fiscais-Doações – Patrocínios - Contribuições Previdenciárias Patronais referentes Empregados Domésticos	02/11/11
IRF-Pessoa Física-Cálculo para 2011 a 2014-Disposições	04/11/17
IRPF-Benefícios Fiscais-Doações, Patrocínios, Contribuições Previdenciárias relativas a Empregados Domésticos-Alterações na IN RFB 1.131/2011 – OUTROS	09/11/30

IRPF-Declaração Final de Espólio-Saída Definitiva do País-Ajuste Anual 2011-Alterações	05/11/20
IRPF-Previdência Privada-Rendimentos Recebidos Acumuladamente-Regime de Apuração	05/11/20
IRPF-Restituição 2011-Datas	03/11/15
IRRF-Royalties-Valores Remetidos ou Creditados para o Exterior-Disposições	09/11/30
IRPF-STF-Incompetência para a Correção da Tabela	08/11/34
IRPF-Tabela-2011-Alterações	03/11/15
IRPF-Tabelas 2011 a 2014-Conversão da MP 528/2011	08/11/24
IRPF-RRA-Rendimentos Recebidos Acumuladamente-Apuração-Disposições-Alterações na IN RFB 1 127 10	07/11/23
IRPF-RRA-Rendimentos Recebidos Acumuladamente-Tributação-Alterações	04/11/17
IRPF-RRA-Rendimentos Recebidos Acumuladamente-Apuração-Disposições	04/11/17
IRRF-DIRF-Programa Gerador 2011	01/11/15
Jornada de Trabalho - Disposições para Utilização de Controles Alternativos e Prorrogação da Obrigatoriedade do REP	02/11/11
Jornada de Trabalho-Disposições para Utilização de Controles Alternativos e Prorrogação da Obrigatoriedade do REP	03/11/15
JORNADA DE TRABALHO-CONTROLES ALTERNATIVOS-REVOGAÇÃO DA PORTARIA 1.120/95	01/11/23
Jornada de Trabalho-Majoração sem Acréscimo Salarial-Princípio da Proteção do Emprego	05/11/26
Jornada Móvel e Variável-Caso de Ilegalidade	03/11/20
Justiça do Trabalho-Depósitos Recursais-Limites-Valores a Partir de 01.08.2011	07/11/23
Local de Trabalho Diverso da Origem dos Trabalhadores e seu Transporte-Disposições	04/11/17
Médicos-Atraso Anuidades-Cancelamento de Inscrição-Revogação da Resolução	09/11/30
Médicos - Consulta Médica -Definição e Regulamento	01/11/15
Médicos - Especialidade Médica Anterior a 15.04.89 – Registro - Disposições	01/11/15
Médicos-Propaganda em Medicina-Critérios	08/11/25
Médicos-Residência Médica-CNRM-Comissão Nacional de Residência Médica-Disposições	09/11/30
Médico Residente-Atividades-Alterações na Lei 6.932/81	06/11/21
Médico-Residente-Atividades e Contribuições aos Conselhor Profissionais	11/11/33
Médico Residente-Pro-Residência-Vagas-Bolsas-Manutenção até 31.12.2014	11/11/33
Médico Residente-Empregados e Servidores Requisitados pela AGU-	06/11/21

MP 521/2010-Vigência Encerrada	
Médicos Residentes-Plantão Noturno-Descanso Obrigatório	09/11/31
Médico Residente-Pro-Residência-Vagas-Bolsas-Manutenção até 2014-Replicação	11/11/33
Médicos-TAC-Termo de Ajuste de Conduta no Âmbito dos CRMs	05/11/20
Menor Vencimento Básico-Administração Pública Federal-Divulgação	09/11/31
Microempreendedores e População de Baixa Renda-Pagamento de Subvenções a Instituições Financeiras-Alterações na Lei 10.735/2003	11/11/34
Microempresas-Microempreendedor Individual – MEI - Simples Nacional - Receitas e Outros-Alterações na LC 123/2006 - Vigência a partir de 01.01.2012	11/11/34
Mineração-Empresas e Atividades-Registro no CONFEA	09/11/31
Motociclistas Profissionais-Práticas-Vedações	07/11/23
Mototáxi-Motofrete-Alterações	04/11/17
Músicos-STF-Registro em Entidade de Classe-Não Obrigatoriedade	08/11/35
Obstetrix-Registro nos Conselhos de Enfermagem-Vedação	05/11/20
Orientações Jurisprudenciais TST -Revisões e Cancelamentos	06/11/22
Parcelamento-Amortização de Saldo Devedor com Créditos de Precatórios	10/11/33
Parcelamentos-Lei Complementar 110/2001-Débitos Inscritos em Dívida Ativa – PREVID	08/11/25
Passaporte Diplomático – Concessão - Critérios-Replicação da Portaria MRE 98/2011	01/11/15
Patrocínio-Ausência de Responsabilidade Trabalhista	06/11/31
Pesca-Renovações de Autorizações de Pesca-Embarcações Inscritas no RGP	08/11/25
Pescadores-Profissionais e Aprendizes-Inscrição no MPA	01/11/16
PIS PASEP-Abono Salarial 2011-2012-Cronograma de Pagamento	06/11/22
PIS/PASEP-Rendimentos-Cronograma 2011/2012	04/11/18
Piso Salarial Estadual-Paraná-Valores a Partir de 01.05.2011	05/11/20
Piso Salarial Estadual-PSE no Rio de Janeiro-Instituição-Valores a Partir de 01.04.2011	04/11/17
Planos de Saúde-Carências-Alterações	04/11/18
Planos de Saúde-Carências-Alterações-Retificação na RN ANS 252/2011	05/11/20
Planos de Saúde-Carências, Migração de Contratos-Alterações na IN 19/2009 – SAÚDE	07/11/22
Planos de Saúde-Cobertura Assistencial Mínima-Alterações	08/11/25
Planos de Saúde-Garantia de Atendimento dos Beneficiários	09/11/31
Plano de Saúde-Garantia de Atendimento dos Beneficiários-Alterações na IN 23/2009	06/11/22
Planos de Saúde-Resolução ANS 186/2009-Detalhamento	04/11/18

Planos de Saúde-Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde-Atualização	08/11/25
Policiais Cíveis e Militares-Projeto Bolsa – Formação - Regulamentação	02/11/12
Portos-Comissão Nacional Portuária-Instituição	04/11/18
Precedente Normativo 120 SDC TST-Sentença Normativa-Vigência-Edição	05/11/20
Precedentes Normativos SIT-Alterações PN 42,45,74 e Aprovação 101	09/11/31
Prescrição-Ações de Indenização por Acidentes do Trabalho e Doença Profissional-Entendimento do TST	10/11/39
Processos Administrativos Fiscais-Vista e Extração de Cópias-Disciplinamento	07/11/22
Processo do Trabalho-Cálculos de Liquidação-Nomeação de Perito-Faculdade do Juiz	05/11/21
Processo do Trabalho-Procurador-Constituição Mediante Registro em Ata de Audiência	07/11/24
Processo Trabalhista-Acordo que não Discrimina Parcelas-Contribuição Previdenciária	02/11/20
Processo Trabalhista-Recursos-Âmbito do TST-AGU-Desistência	03/11/16
Professores - Educação Básica - Ensino Público - Formação de Profissionais	01/11/16
Professor-Equivalente e Professor Substituto-Âmbito das Universidades Federais	05/11/21
Professores-Piso Nacional e Jornada de Trabalho-Decisão do STF	04/11/23
Professores Substitutos e Temporários-Âmbito Federal-Alterações Lei 8.745/93	06/11/22
Profissional da Atenção Básica-Programa de Valorização-Instituição	09/11/32
Profissional da Atenção Básica-Programa de Valorização-Instituição-Republicação	09/11/32
PROGER-Alterações	10/11/31
PRONATEC-Ensino Técnico-Bolsa-Formação-Diretrizes	11/11/34
PRONATEC-Créditos Orçamentários Visando a Oferta de Bolsas-Instituições da Rede Federal-Critérios	11/11/34
PRONATEC-Recursos Financeiros-Bolsas-Formação em Cursos Vinculados aos Serviços Nacionais de Aprendizagem-Orientações	11/11/34
PRONATEC-Recursos Financeiros-Bolsas-Formação em Cursos Vinculados aos Serviços Nacionais de Aprendizagem-Orientações-Alterações na Resolução FNDE 61/2011	11/11/35
PRONATEC-programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego-Instituição; FIES-Alterações; Seguro-Desemprego-Cancelamento-Alterações; Serviços Nacionais de Aprendizagem-Integração do Sistema Federal de Ensino	10/11/31
PSE-Piso Salarial Estadual-São Paulo-Valores a Partir de Abril/2011-Publicação	04/11/18

Psicólogos-Atuação no Âmbito do Sistema Prisional-Regulamentação-Revogação da Resolução CFP 09/2010	06/11/22
Psicólogo-Atuação no Sistema Prisional-Prorrogação da Suspensão dos Efeitos da Resolução CFP 09 10	02/11/12
Psicólogos-Nome Social-Inserção na Carteira de Identidade Profissional	06/11/22
Químicos e Outros Profissionais-Atuação Agentes Químicos NR15-Registro nos CRQs	08/11/26
Radiologia-Supervisores de Proteção Radiológica-Certificação da Qualificação-Disposições	09/11/32
RAIS 2011-Ano Base 2010-Instruções-Aprovação	01/11/16
RAIS 2011-Ano Base 2010-Instruções-Aprovação-RETIFICAÇÃO	01/11/16
RAIS Negativa-MEI-Dispensa-Alteração da Portaria MTE 10/2011	02/11/12
RAIS - Prorrogação do Prazo para Municípios em Estados de Calamidade	02/11/12
RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS-SETOR INDUSTRIAL-RECORDE EM AÇÕES NO TST EM 2010	05/11/36
REDESIM-Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios-Alterações no Anexo II da Resolução CGSIM 22/2010	05/11/21
Rede e -TEC Brasil-Instituição	10/11/32
REP-Atestados Técnico e Termos de Responsabilidade-Fabricantes-Certificação Digital-Disciplinamento	04/11/18
REP-Prorrogação do Prazo para 01 01 2012	10/11/32
REP-Prorrogação do Prazo para Início da Utilização para 03.10.2011	09/11/32
REP-Registrador Eletrônico de Ponto-Avaliação da Conformidade-Consulta Pública	11/11/35
REP-Registrador Eletrônico de Ponto-Regulamento Técnico da Qualidade-Consulta Pública	11/11/35
REP-SREP-Revisão e Aperfeiçoamento-Grupo de Trabalho-Funcionamento	05/11/21
Repouso Semanal Remunerado. Norma Cogente. Violação. Título Devido em Dobro-Acórdão na Íntegra	08/11/38
Rescisão Indireta-Salários Atrasados	05/11/28
Repouso-Atividades Relacionadas Hortaliças, Legumes e Frutas-Atividades Relacionadas-Autorização de Trabalho	01/11/17
Repouso Semanal Remunerado sobre Horas Extras-Direito e Cálculo	04/11/30
Rescisão de Contrato-Domésticos com Opção pelo FGTS-Modelo	09/11/32
Responsabilidade Solidária ou Subsidiária em Âmbito Trabalhista-Dono da Obra e Empreiteiro	01/11/27
Ruído-Perda Auditiva Assegura Pensão Vitalícia	09/11/42
Salário-Atraso-Danos Morais	07/11/31
Salário Mínimo a Partir de Janeiro 2011 - Disposições	01/11/17
Salário Mínimo-Fixação por Decreto do Executivo-Constitucionalidade	11/11/37

Salário Mínimo-Valores e Critérios de Valorização-Parcelamentos-Alterações na Lei 9.430/96	03/11/16
Salário-Pagamento-Obrigatoriedade de Recibo	04/11/30
Saúde-Planos-Ex-Empregados-Manutenção da Condição de Beneficiário-Regulamentação	11/11/35
Seguro Desemprego-Calamidade Pública-Prolongamento do Benefício por mais dois Meses	01/11/18
Seguro-Desemprego-Habilitação nos Casos de Morte, Grave Moléstia, Ausência Civil, Prisão-Alterações	05/11/22
Seguro Desemprego-Valor-Reajuste a Partir de Janeiro 2011	01/11/18
Seguro Desemprego-Pescador Artesanal-Prorrogação Período de Recepção do Requerimento	03/11/16
Seguro Desemprego-Reajuste do Valor do Benefício a partir de 01.03.2011	03/11/16
Servidor Público-Apuração de Irregularidades em Âmbito da RFB-Disposições	07/11/24
Serviço Público-Concurso Público- Âmbito do CJF -Pessoas Portadoras de Deficiência	11/11/35
SERVIÇO PÚBLICO-CONVENÇÃO 151 DA OIT-MANUAL SOBRE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE TRABALHO-SEMINÁRIO EM TURIM	07/11/37
Serviço Público-Denúncias e Representações Recebidas pela SRFB-Procedimentos	08/11/26
Serviço Público-Limites Remuneratórios nos Casos que Especifica	11/11/35
Serviço Público-Margem de Preferência-Aplicação-Comissão Interministerial de Compras Públicas-CI-CP-Instituição	08/11/26
Serviço Público-Pagamento do Auxílio Transporte-Orientações-Revogação da ON MPOG SRH 03/2011	04/11/18
Serviço Público-Pagamento do Auxílio Transporte-Orientações	03/11/16
Serviço Público-Valor do Maior Vencimento Básico-Administração Pública Federal	03/11/16
Servidores Públicos da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho-Concessão de Licenças para Capacitação-Disciplinamento	10/11/32
Servidores Públicos Federais-Rio de Janeiro-Antecipação Gratificação Natalina aos Atingidos pelas Enchentes	02/11/13
Servidores Públicos-MTE-Control de Frequência-REP-Identificação Biométrica	09/11/32
SESCOOP Contratações de Pessoal Independem de Concurso Público	02/11/20
Sommelier-Regulamentação da Profissão	08/11/26
Súmulas do TST-Edições, Revisões e Cancelamentos	05/11/22
Súmula e Orientação Jurisprudencial-Diferenças	01/11/27
Suspensão do Contrato-Auxílio Doença-Direitos do Empregado no Retorno ao Trabalho	07/11/42
Taxista-Regulamentação da Profissão	08/11/26

Técnicos em Radiologia-Supervisor das Aplicações das Técnicas Radiológicas-Normatização	11/11/36
Terapeuta Ocupacional - Competências nos Contextos Sociais -Definição	01/11/18
Terceirização-Audiência Pública Realizada de 04 a 05/10/2011 no TST	10/11/41
Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente-Programa Nacional de Prevenção e Erradicação	06/11/23
Trabalho Rural-Grupo Especial para Estudo da Realidade das Relações de Trabalho-Instituição	11/11/36
Transferência Provisória de Trabalhador Brasileiro para o Exterior-Normas-Aplicação	01/11/20
Transferências Sucessivas-Pagamento do Adicional de Transferência	06/11/32
Transporte Aéreo-Serviço de Atendimento ao Passageiro-Regulamentação	09/11/33
Turismo-Alterações no Decreto 7.381/2010	06/11/23
Turnos Ininterruptos-Flexibilização da Jornada-Invalidade	01/11/21
Turnos Ininterruptos de Revezamento-Characterização nos Casos de Alternância de Turnos -Horas Extras	04/11/24
UNICAD-Entidades de Interesse do BACEN-Registro de Responsável pelo Envio de Informações	09/11/33
Vigilante-Intervalo durante a Jornada de Trabalho	05/11/29
Vínculo Empregatício-Pastor Evangélico e Igreja-Não Ocorrência	04/11/25
Vínculo Empregatício-Chapa e Empresa-Ocorrência	04/11/25
Vínculo Empregatício-Pessoa Jurídica-Characterização	04/11/26

OUTROS

Abastecimento Nacional de Combustíveis-Redução de Emissão de Poluentes-Transformação ECT-Organização da Presidência da República	09/11/33
AFRMM-Alterações-PIS-PASEP-COFINS-Cinema Perto de Você-RECINE	10/11/32
Arrolamento de Bens e Direitos do Sujeito Passivo da Obrigação Tributária-Limites	09/11/23
Assistência Social - LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social - Regulamentação do Art. 20 da Lei nº 8.742/93 sobre Benefício de Prestação Continuada - Pessoas com Deficiência e Idosos	11/11/29
Bolsa Família-Gestão de Benefícios-Alterações na Portaria 555/2005	10/11/33
Bolsa Família-Gestão de Benefícios-Republicação da Portaria MDS 271 11	10/11/33
Bolsa Família-Procedimentos para o Pagamento	07/11/24
Bolsa Família-Programa-Alteração	03/11/17
Bolsa Permanência-PROUNI-Regulamentação	09/11/33
Bolsa Verde-Programa de Apoio à Conservação Ambiental-Programa Bolsa Verde-Regulamentação	09/11/34
Bolsa Verde-Programa de Apoio à Conservação Ambiental-Programa Bolsa Verde-Regulamentação	10/11/33

CAC-Serviço de Pedido de Pagamento de Restituição-PERES-Inclusão	02/11/09
Centro Virtual de Atendimento-e-CAC-RFB-Procuração-Alterações-Revogação IN RFB 1 120/2011	04/11/14
Cheques-Devolução-Motivos e Descrições-Alterações	05/11/22
CND nos Registros Públicos-EIRELE-Sociedades Empresárias-Exigências-Disposições	10/11/27
CNPJ-Disposições-Revogação da IN RFB 1.005/2010	08/11/27
Código Civil-Avós-Direito de Visita aos Netos	03/11/17
Código de Processo Penal-Alterações	05/11/22
Códigos de Receita-DARF 2203-Atrasos Entrega EFD para PIS/PASEP e Contribuição para EFD-PIS/COFINS	06/11/23
Código de Receita 2080 - Depósitos Judiciais e Extrajudiciais Administrados pela PGF-AGU	03/11/17
Código de Receita 2865-R D Ativa-Crédito Rural-RECOOP	06/11/23
Códigos de Receita 3317 e 0231-Alterações	09/11/34
COFFITO-CREFITOS-Sistema-Recuperação de Créditos Tributários	06/11/23
Condomínios-Certificados Digitais-Uniformização dos Requisitos	08/11/27
Condomínios Edifícios-Certificados Digitais-Emissão-Requisitos	07/11/24
Condomínios Edifícios-Certificação Digital para DIRF Ano Calendário 2010	03/11/17
CNPJ-Alterações na IN RFB 1.183/2011	11/11/31
Conservação Ambiental e Atividades Produtivas-Programas de Apoio- Conversão da MP 535/2011	10/11/33
Consórcios-Procedimentos Fiscais-Revogação das IN RFB 834/2008, IN RFB 917/2009 e 1.057/2010	10/11/27
Cooperativas de Produção Agropecuária-PIS PASEP-Custos Administrativos-Exclusão da Base de Cálculo	05/11/22
Cooperativas-IRPJ-Incentivo Fiscal na Inovação Tecnológica	05/11/23
Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014-Medidas Tributárias	10/11/27
Copa das Confederações e Copa do Mundo-Pessoas Jurídicas Habilitadas para Fruição de Benefícios	08/11/27
Copa das Confederações FIFA e Copa do Mundo FIFA 2014-Habilitação para Efeitos de Fruição dos Benefícios da Lei 12.350/2010	07/11/24
Copa das Confederações FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014-Habilitação para Efeitos de Fruição dos Benefícios da Lei 12.350/2010	07/11/25
Créditos Tributários-Legislação Tributária-Processos de Consulta-Regulamentação	11/11/30
Crimes contra a Ordem Tributária-Representações pela RFB-Procedimentos a serem Observados-Alterações na Portaria RFB 2.439/2010	08/11/21
DACON-Prazo-Meses 04 e 05/2011-Prorrogação	05/11/23
DACON-Programa Gerador-Versão 2.5	09/11/34
DARF-Códigos de Receita-Instituição	08/11/21
DARF-Código 2888- R D Ativa-Multas Diversas - SPU-Instituição	08/11/27

DCTF-Alterações na IN RFB 1.110/10	07/11/25
DCTF e DCOMP-Alterações no ADE CODAC 97/2011	02/11/13
DCTF-IN RFB 1.110/2010-Setembro/2011-Prorrogação para 30.11.2011	11/11/36
DCTF-Programa Gerador da Declaração-PGD-Versão 2.0-Aprovação	03/11/17
DCTF-Versão 2.2-Aprovação	08/11/27
Depósitos Judiciais e Extrajudiciais-Alterações na IN RFB 421/2004	07/11/20
DIMOB-Versão 2.4 do PGD-Aprovação	04/11/19
DJE-Códigos de Receita para Depósito Judicial e Extrajudicial-Divulgação e Consolidação	08/11/21
DMED-Dispensas-Alterações na IN RFB 985/2009	
DMED-Declaração de Serviços Médicos e de Saúde-Alterações na IN RFB 985/2009	02/11/13
DMED-Multas-Cancelamentos nos Casos que Especifica	09/11/34
DMED-Programa Gerador-Leiaute-Aprovação	10/11/33
Doações de Sangue-Regulamento Técnico de Procedimentos Hemoterápicos-Aprovação	06/11/24
Eleições-Candidatos e Comitês Financeiros de Partidos-Atos Perante o CNPJ	08/11/27
Empresa Individual de Responsabilidade Limitada-Alterações no Código Civil	07/11/25
Escrituração Fiscal Digital-EFD-Alteração do Manual	08/11/28
Execução Fiscal-Suspensão-Prazo de Prescrição	03/11/12
Exportação-FFEX-Ciência, Tecnologia e Inovação-Alterações	08/11/28
Fiscalização RFB-Atividades-Planejamento e Normas para Execução de Procedimentos Fiscais-Mandados de Procedimento Fiscal	06/11/18
Gás Natural-Agente Vendedor-Autorização-Regulamentação	10/11/31
Gás Natural - Autoprodutor e Autoimportador - Registro - Regulamentação	10/11/31
Incentivos Fiscais-Atividades de Pesquisa Tecnológica e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica-Disciplinamento	09/11/34
Indústrias de Semicondutores-PADIS-Critérios-Alterações	11/11/36
Infrações de Trânsito sem Utilização de Veículos-Pessoas Jurídicas e Físicas-Responsabilidades-Disposições	08/11/24
Inovação à Pesquisa Científica e Tecnológica-Incentivos-Condições-Alterações no Decreto 5.563/2005	08/11/24
IR-RENUCLEAR-Banda Larga-AFRMM-FND-Disposições	06/11/24
IRF-Pessoa Física-Cálculo para 2011 a 2014-Disposições	04/11/17
IRPF-Declaração Final de Espólio-Saída Definitiva do País-Ajuste Anual 2011-Alterações	05/11/20
IRPF-Benefícios Fiscais-Doações, Patrocínios, Contribuições Previdenciárias relativas a Empregados Domésticos-Alterações na IN RFB 1.131/2011	09/11/30
IRRF-Complementação de Aposentadoria-Previdência Privada-1989 a 1995	
IRRF-Royalties-Valores Remetidos ou Creditados para o Exterior-Disposições	09/11/30

IRRF-DIRF-Programa Gerador 2011	01/11/15
IRPF-RRA-Rendimentos Recebidos Acumuladamente-Apuração-Disposições-Alterações na IN RFB 1 127 10	07/11/23
IRPF-STF-Incompetência para a Correção da Tabela	08/11/34
IRPF-Tabelas 2011 a 2014-Conversão da MP 528/2011	08/11/24
Médicos-Residência Médica-CNRM-Comissão Nacional de Residência Médica-Disposições	09/11/31
MEI-Microempreendedor Individual-Multas DASN-Cancelamento	05/11/23
Menor Vencimento Básico-Administração Pública Federal-Divulgação	09/11/31
Microcrédito Produtivo Orientado-Subvenção Econômica-Concessão-Alterações	08/11/28
Microempreendedores e População de Baixa Renda-Pagamento de Subvenções a Instituições Financeiras-Alterações na Lei 10.735/2003	11/11/34
Obrigações Acessórias Relativas a Tributos Administrados pela RFB-Municípios de Santa Catarina Especificados-Prorrogação Prazo	11/11/30
Pagamento de Receitas Previdenciárias por Meio de Transferência Eletrônica de Fundos- Autorização	06/11/24
Parcelamento-Amortização de Saldo Devedor com Créditos de Precatórios	10/11/33
Parcelamento-Débitos Apurados no Simples Nacional	11/11/36
Parcelamento-Lei 11.941/2009-Informações para a Consolidação-Prazo-Prorrogação para o Período 10 a 31/08/2011	07/11/20
Parcelamento-Consolidação dos Débitos-Arts. 1º ao 13 da Lei 11.941/2009	02/11/09
PER-DCOMP 4.5-Aprovação	03/11/13
PER/DCOMP-Versão 4.6-Aprovação	06/11/18
Petróleo e Biocombustíveis-Concessão de Autorização para Operações-Requisitos	08/11/28
PIS, PASEP, COFINS-Escrituração Digital-Alterações	06/11/24
Plano Brasil Maior-PBM-Instituição	08/11/28
Planos de Saúde-Carências, Migração de Contratos-Alterações na IN 19/2009 – SAÚDE	07/11/22
Planos de Saúde-Cobertura Assistencial Mínima-Alterações	08/11/25
Planos de Saúde-Garantia de Atendimento dos Beneficiários	09/11/31
Plano de Saúde-Garantia de Atendimento dos Beneficiários-Alterações na IN 23/2009	06/11/22
Planos de Saúde-Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde-Atualização	08/11/25
Prazos de Declarações à RFB-Municípios do RJ que Especifica-Alterações	01/11/19
Prazos de Pagamento de Tributos Federais e Prazos Processuais-Municípios do Estado do RJ-Suspensão	01/11/19
Precatórios-Compensação-Disciplinamento	08/11/22
Profissional da Atenção Básica-Programa de Valorização-Instituição	09/11/32
Profissional da Atenção Básica-Programa de Valorização-Instituição-Replicação	09/11/32
PRONATEC-Ensino Técnico-Bolsa-Formação-Diretrizes	11/11/34

PRONATEC-Créditos Orçamentários Visando a Oferta de Bolsas-Instituições da Rede Federal-Critérios	11/11/34
PRONATEC-Recursos Financeiros-Bolsas-Formação em Cursos Vinculados aos Serviços Nacionais de Aprendizagem-Orientações	11/11/34
PRONATEC-Recursos Financeiros-Bolsas-Formação em Cursos Vinculados aos Serviços Nacionais de Aprendizagem-Orientações-Alterações na Resolução FNDE 61/2011	11/11/35
PRONATEC-programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego-Instituição; FIES-Alterações; Seguro-Desemprego – Cancelamento -Alterações; Serviços Nacionais de Aprendizagem-Integração do Sistema Federal de Ensino	10/11/31
Recolhimentos de Tributos Federais-Prorrogação-Prazos Processuais Administrativos-Suspensão-Municípios de Santa Catarina que especifica	11/11/30
RECOPA-Regime Especial de Tributação-Estádios de Futebol-Alteração da Sigla a que se Refere o Decreto 7.319/2010	07/11/25
RECOPA-Regime Especial de Tributação-Habilitação	07/11/25
Rede e -TEC Brasil-Instituição	10/11/32
Representação Fiscal para Fins Penais-RFFP-Arrolamento de Bens e Direitos-Movimentação dos Processos	03/11/13
Resíduos-Retirada de Embarcações, Plataformas-Disciplinamento da Prestação dos Serviços	08/11/23
Responsabilidade Solidária-Sócios Gerentes e Terceiros com Poderes de Gerência	10/11/28
RETAERO-Indústria Aeronáutica-Disposições	09/11/34
RETAERO-Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira-Disposições	03/11/17
RFB-Regimento Interno-Alterações nos Anexos VII e IX	04/11/19
RFB-Regimento Interno-Alteração dos Anexos IX e X	09/11/28
RFB-Regimento Interno-Insustentabilidade da Portaria RFB 2.415/2011	04/11/15
Serviço Público-Concurso Público- Âmbito do CJF - Pessoas Portadoras de Deficiência	11/11/35
Serviço Público-Denúncias e Representações Recebidas pela SRFB-Procedimentos	08/11/26
Serviço Público-Margem de Preferência-Aplicação-Comissão Interministerial de Compras Públicas-CI-CP-Instituição	08/11/26
Serviço Público-Integrantes da Carreira de Auditoria da SRFB-Regras Gerais de Remoção	09/11/28
Servidores Públicos da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho-Concessão de Licenças para Capacitação-Disciplinamento	10/11/32
Sigilo Fiscal-MP 507/2010-Vigência Encerrada	03/11/18
Sigilo Fiscal-Sistemas Informatizados da RFB	03/11/18
Simples Nacional-Empresas Optantes-Não Obrigatoriedade da Retenção de CSLL, COFINS, PIS/PASEP	05/11/23
SIMPLES Nacional-Prazos-Municípios do RJ que Especifica-Prorrogação	01/11/19
Sócio Incapaz-Registro de Empresas-Pressupostos-Alteração no Código Civil	04/11/19
Tributos Federais, Parcelamentos, Atos Processuais-Região Sul-Prorrogação dos Prazos	04/11/15

EQUIPE TÉCNICA VERITAE

Adenísio Pereira da Silva Junior

Alex Manhães

Beatris Papandreu

Sofia Kaczurowski

Tecnologia e Suporte:

Danilo C. França

Hélio Kennzo Kaczurowski Yamáгатá

Marcelo Souza

Digitação:

Naira Cristina Cunha

Administração:

Cinthya Ballerine

Direção Técnica e Execução:

Sofia Kaczurowski

veritae@veritae.com.br

Fones: 21 34714457/25240487

INFORMAÇÕES

Esta Seção divulga as principais alterações na Legislação e Normatização Previdenciária, de Segurança e Saúde e Trabalhista. A íntegra dos atos oficiais foi encaminhada em *Tempo Real* aos Assinantes VERITAE, consta da Seção LEX e pode ser solicitada através do e-mail veritae@veritae.com.br

Todas as publicações VERITAE são fundamentadas na Legislação vigente na data de sua edição. Solicitamos atenção às possíveis alterações supervenientes.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Acidentes do Trabalho no Brasil-Custo Aproximado de 71 Bilhões por Ano

Em palestra realizada no dia 20 de outubro, no Seminário de Prevenção de Acidentes de Trabalho realizado pelo Tribunal Superior do Trabalho, o economista José Pastore, pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, professor da Universidade de São Paulo (USP) e consultor em relações do Trabalho e Recursos Humanos, afirmou que o custo econômico gerado para as empresas com os acidentes de trabalho é *muito pequeno quando comparado ao enorme sofrimento causado ao trabalhador e seus familiares*. Segundo o especialista, o custo que os acidentes de trabalho geram para as famílias, para o governo e para a sociedade é muito grande, e muitas vezes os números chegam a *surpreender aqueles que não estão acostumados com a sua dimensão*.

Pastore afirmou que o custo total dos acidentes de trabalho é de aproximadamente R\$ 71 bilhões, anuais, em uma avaliação *subestimada*. Este valor representa cerca de 9% da folha salarial anual dos trabalhadores do setor formal no Brasil, que é da ordem de R\$ 800 bilhões.

Para chegar a este número o pesquisador observou que devem ser somados os custos para as empresas e os custos para a sociedade. Para as empresas, dividem-se basicamente em custos segurados e não segurados. O primeiro envolve o valor gasto para se fazer seguro de acidentes de trabalho, e o segundo são aqueles que decorrem do próprio acidente, que causam muitos estragos na *vida* da empresa e que não estão segurados. Para a sociedade, trata-se dos gastos com Previdência Social, Sistema Único de Saúde (SUS) e custos judiciários.

O professor lembrou que o valor investido em seguros contra acidentes de trabalho no ano de 2009 pelas empresas foi de 8,2 bilhões (custo segurado). Para cada R\$ 1 gasto no custo segurado, a empresa tem uma despesa de R\$ 4, em média, em custos não segurados, o que perfaz um total de R\$ 41 bilhões (8 x 4 + 8 já recolhidos). Somados aos custos da sociedade

e aos custos das famílias (R\$ 14 bilhões), que muitas vezes têm sua renda diminuída ou interrompida, a proporção aumenta: R\$ 6 não segurados para cada R\$ 1 segurado.

Pastore lembrou ainda que entre os custos não segurados que afetam a *vida das empresas* estão a perda de tempo causada pelos acidentes, a destruição de equipamentos, a interrupção da produção, a destruição de insumos e materiais e, ainda, despesas com afastamento dos empregados e contratação de nova mão de obra com o devido treinamento, os adicionais de risco, a perda do valor de mercado e a exposição negativa na mídia, atraindo a atenção das Procuradorias do Trabalho e da Justiça do Trabalho.

Fonte: TST, em 20.10.2011.

Acidentes do Trabalho-Condenações pela Justiça do Trabalho-Envio à Procuradoria da Fazenda

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, e o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Barros Levenhagen, assinaram no dia 28/10 recomendação para que os desembargadores dos Tribunais Regionais do Trabalho e juízes do trabalho encaminhem à Procuradoria da Fazenda Nacional cópia de condenações (sentenças e acórdãos) que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente do trabalho. Com essas informações, a Procuradoria poderá ajuizar ações regressivas com o objetivo do ressarcimento dos gastos decorrentes das prestações sociais (saúde e previdência) relativas aos acidentes.

De acordo com o presidente do TST, a recomendação tem a finalidade não só de garantir o retorno desses valores à União, mas também de servir como *instrumento pedagógico e de prevenção de novos infortúnios*.

Fonte: TST, em Notícias de 28.10.2011.

Agenda Tributária-Dezembro 2011

O **ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CODAC nº 81/2011-DOU: 28.11.2011** divulga a Agenda Tributária do mês de dezembro de 2011. Observar retificações e alterações posteriores.

Assistência Social - LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social - Regulamentação do Art. 20 da Lei nº 8.742/93 sobre Benefício de Prestação Continuada - Pessoas com Deficiência e Idosos

O **DECRETO nº 7.617/2011-DOU: 18.11.2011** altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

Benefícios- Processo Administrativo e Judicial-Identidade do Pedido-Revogação do Art. 595 da IN INSS 45/2010

A **INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS nº 56/2011-DOU: 14.11.2011** revoga o art. 595 da Instrução Normativa nº 45 INSS/PRES, de 06 de agosto de 2010.

Créditos Tributários-Legislação Tributária-Processos de Consulta-Regulamentação

O **DECRETO Nº 7.574/2011-DOU: 30.09.2011** (com a retificação publicada no DOU: 08.11.2011*) regulamenta o processo de determinação e exigência de créditos tributários da União, o processo de consulta sobre a aplicação da legislação tributária federal e outros processos que especifica, sobre matérias administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Delegacias das RFB-Competência Territorial e por Matérias-Alterações

A **PORTARIA SUTRI nº 3.618/2011-DOU: 09.11.2011** altera os itens II, VI, VII VIII e XV do Anexo II da Portaria RFB nº 1.916, de 13 de outubro de 2010, que disciplina a competência territorial e por matéria das Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento e relaciona as matérias de julgamento por Turma.

Obrigações Acessórias Relativas a Tributos Administrados pela RFB-Municípios de Santa Catarina Especificados-Prorrogação Prazo

A **INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB nº 1.205/2011-DOU: 01.11.2011** altera os prazos para o cumprimento de obrigações acessórias relativas aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), na situação que especifica.

Recolhimentos de Tributos Federais-Prorrogação-Prazos Processuais Administrativos-Suspensão-Municípios de Santa Catarina que especifica

A **PORTARIA MF nº 494/2011-DOU: 01.11.2011** prorroga o prazo para pagamento de tributos federais, inclusive quando objeto de parcelamento, e suspende o prazo para a

prática de atos processuais no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), na situação que especifica.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

NR 28-Infrações-Códigos e Penalidades em SST-Alterações e Inserções-Retificação

Foi publicada no DOU: **01.11.2011 retificação na Portaria SIT 277/2011 publicada no DOU:10.10.2011** que altera a NR 28, sobre Infrações em Segurança e Saúde no Trabalho.

Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho-PNSST-Disposições

O **DECRETO nº 7.602/2011-DOU: 08.11.2011** dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST.

TRABALHO

CNPJ-Alterações na IN RFB 1.183/2011

A **INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB nº 1.210/2011-DOU: 17.11.2011** altera a Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, que dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e dá outras providências.

Copa das Confederações e Copa do Mundo-FIFA 2013 e 2014- rocedimentos para Habilitação aos Benefícios Fiscais

A **INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB nº 1.211/2011-DOU: 25.11.2011** estabelece procedimentos necessários para habilitação ao gozo dos benefícios fiscais referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, de que trata a Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010.

Despachante Aduaneiro e Ajudante de Despachante Aduaneiro-Exercício das Profissões

A **INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB nº 1.209/2011-DOU: 08.11.2011** estabelece requisitos e procedimentos para o exercício das profissões de despachante aduaneiro e de ajudante de despachante aduaneiro.

Educação Física-Profissional Suspenso Trabalhando-Notificação

A **RESOLUÇÃO CONFEF nº 217/2011-DOU: 2011-Rep. DOU 1 de 17.11.2011** altera a Resolução CONFEF nº 161, de 17 de julho de 2008.

Fisioterapeutas-Especialidades-Disciplinamentos

Foram publicadas no DOU: 24.11.2011:

RESOLUÇÃO COFFITO nº 393/2011-DOU: 24.11.2011 disciplina a Especialidade Profissional do Fisioterapeuta no exercício da Especialidade Profissional em Acupuntura/MTC (Medicina Tradicional Chinesa) e dá outras providências.

RESOLUÇÃO COFFITO nº 394/2011-DOU: 24.11.2011 disciplina a Especialidade Profissional de Fisioterapia Dermatofuncional e dá outras providências.

RESOLUÇÃO COFFITO nº 395/2011-DOU: 24.11.2011 disciplina a Especialidade Profissional de Fisioterapia Esportiva e dá outras providências.

RESOLUÇÃO COFFITO nº 396/2011-DOU: 24.11.2011 disciplina a Especialidade Profissional de Fisioterapia Neurofuncional e dá outras providências.

RESOLUÇÃO COFFITO nº 397/2011-DOU: 24.11.2011 disciplina a Especialidade Profissional de Fisioterapia Oncológica e dá outras providências.

RESOLUÇÃO COFFITO nº 398/2011-DOU: 24.11.2011 disciplina a Especialidade Profissional de Osteopatia e dá outras providências.

RESOLUÇÃO COFFITO nº 399/2011-DOU: 24.11.2011 disciplina a Especialidade Profissional de fisioterapia em Quiropraxia e dá outras providências.

RESOLUÇÃO COFFITO nº 400/2011-DOU: 24.11.2011 disciplina a Especialidade Profissional de Fisioterapia Respiratória e dá outras providências.

RESOLUÇÃO COFFITO nº 401/2011-DOU: 11.2011 disciplina a Especialidade Profissional de Fisioterapia na Saúde da Mulher e dá outras providências.

RESOLUÇÃO COFFITO nº 402/ 2011-DOU: 24.11.2011 disciplina a Especialidade Profissional de Fisioterapia em Terapia Intensiva e dá outras providências.

RESOLUÇÃO COFFITO nº 403/2011-DOU: 24.11.2011 disciplina a Especialidade Profissional de Fisioterapia do Trabalho e dá outras providências.

RESOLUÇÃO COFFITO nº 404/2011-DOU: 24.11.2011 disciplina a Especialidade Profissional de Fisioterapia Traumato-Ortopédica e dá outras providências.

RESOLUÇÃO COFFITO nº 405/2011-DOU: 24.11.2011 disciplina o exercício profissional do Terapeuta Ocupacional na Especialidade Profissional Terapia Ocupacional em Acupuntura e dá outras providências.

RESOLUÇÃO COFFITO nº 406/2011-DOU: 24.11.2011 disciplina a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional nos Contextos Sociais e dá outras providências.

RESOLUÇÃO COFFITO nº 407/2011-DOU: 24.11.2011 disciplina a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional em Saúde da Família e dá outras providências.

RESOLUÇÃO COFFITO nº 408/2011-DOU: 24.11.2011 disciplina a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional em Saúde Mental e dá outras providências.

Identidade Civil-Especificações Técnicas Básicas do Documento

A **RESOLUÇÃO SE/MJ nº 02/2011-DOU: 23.11.2011** dispõe sobre as especificações técnicas básicas do documento de Registro de Identidade Civil.

Médico-Residente-Atividades e Contribuições aos Conselhor Profissionais

A **LEI nº 12.514/2011-DOU: 31.10.2011** dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente; e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral.

Médico Residente-Pro-Residência-Vagas-Bolsas-Manutenção até 31.12.2014

A **PORTARIA CONJUNTA SGTES/SESu nº 05/2011-DOU: 31.10.2011** dispõe sobre a manutenção de vagas referentes ao PRO-RESIDÊNCIA, na forma que especifica.

Médico Residente-Pro-Residência-Vagas-Bolsas-Manutenção até 2014-Republicação

A **PORTARIA CONJUNTA SGTES/SESu nº 05/2011-DOU: 31.10.2011-Rep. DOU: 07.11.2011 e DOU: 08.11.2011** dispõe sobre a manutenção de vagas referentes ao PRO-RESIDÊNCIA, na forma que especifica.

Microempreendedores e População de Baixa Renda-Pagamento de Subvencões a Instituições Financeiras-Alterações na Lei 10.735/2003

A **MEDIDA PROVISÓRIA nº 550/2011-DOU: 18.11.2011** altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências.

Microempresas-Microempreendedor Individual-MEI-Simples Nacional-Receitas e Outros-Alterações na LC 123/2006-Vigência a partir de 01.01.2012

A **LEI COMPLEMENTAR nº 139/2011-DOU: 11.11.2011** altera dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

PRONATEC-Ensino Técnico-Bolsa-Formação-Diretrizes

A **PORTARIA MEC nº 1.569/2011-DOU: 04.11.2011** fixa diretrizes para execução da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, nos termos da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 e dá outras providências.

PRONATEC-Créditos Orçamentários Visando a Oferta de Bolsas-Instituições da Rede Federal-Critérios

A **RESOLUÇÃO FNDE nº 62/2011-DOU: 14.11.2011** estabelece critérios e procedimentos para a descentralização de créditos orçamentários às instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica visando a oferta de bolsas-formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec.

PRONATEC-Recursos Financeiros-Bolsas-Formação em Cursos Vinculados aos Serviços Nacionais de Aprendizagem-Orientações

A **RESOLUÇÃO FNDE nº 61/2011-DOU: 14.11.2011** estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros para a oferta de bolsas-formação em cursos de educação profissional e tecnológica vinculados aos serviços nacionais de aprendizagem, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), bem como para a execução e a prestação de contas desses recursos, a partir de 2011.

PRONATEC-Recursos Financeiros-Bolsas-Formação em Cursos Vinculados aos Serviços Nacionais de Aprendizagem-Orientações-Alterações na Resolução FNDE 61/2011

A **RESOLUÇÃO FNDE nº 66/2011-DOU: 28.11.2011** altera a Resolução CD/FNDE nº 61, de 11 de novembro de 2011.

REP-Registrador Eletrônico de Ponto-Avaliação da Conformidade-Consulta Pública

A **PORTARIA INMETRO nº 416/2011-DOU: 31.10.2011** consulta Pública: Requisitos de Avaliação da Conformidade para Registrador Eletrônico de Ponto

REP-Registrador Eletrônico de Ponto-Regulamento Técnico da Qualidade-Consulta Pública

A **PORTARIA INMETRO nº 415/2011-DOU: 31.10.2011** consulta Pública: Regulamento Técnico da Qualidade para Registrador Eletrônico de Ponto.

Saúde-Planos-Ex-Empregados-Manutenção da Condição de Beneficiário-Regulamentação

A **RESOLUÇÃO NORMATIVA DC/ANS nº 279/2011-DOU: 25.11.2011** dispõe sobre a regulamentação dos arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e revoga as Resoluções do CONSU nºs 20 e 21, de 7 de abril de 1999.

Serviço Público-Concurso Público- Âmbito do CJF -Pessoas Portadoras de Deficiência

A **RESOLUÇÃO CJF nº 162/2011-DOU: 09.11.2011** revoga parcialmente a Resolução nº 115, de 10 de março de 1994, e a Resolução nº 155, de 26 de fevereiro de 1996, que regulamentam o instituto do concurso público e da reserva de vagas a pessoas com deficiência no âmbito deste Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Serviço Público-Limites Remuneratórios nos Casos que Especifica

A **PORTARIA NORMATIVA MPOG SRH nº 02/2011-DOU: 09.11.2011** dispõe sobre os procedimentos para a aplicação do limite remuneratório de que trata o inciso XI, do art. 37, da Constituição Federal sobre a remuneração, provento ou pensão percebidos fora do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (extraSIAPE).

Técnicos em Radiologia-Supervisor das Aplicações das Técnicas Radiológicas-Normatização

A **RESOLUÇÃO CONTER nº 11/2011-DOU: 24.11.2011** regula e normatiza as atribuições do Supervisor das Aplicações das Técnicas Radiológicas, consoante disposto no art. 10 da Lei nº 7.394/1985 e art. 10 do Decreto nº 92.970/1986.

Trabalho Rural-Grupo Especial para Estudo da Realidade das Relações de Trabalho-Instituição

A **PORTARIA INTERMINISTERIAL MTE/MAPA/MDA/MPS nº 05/2011-DOU: 04.11.2011** institui o Grupo Especial do Trabalho Rural - GETRU e dá outras providências.

OUTROS

DCTF-IN RFB 1.110/2010-Setembro/2011-Prorrogação para 30.11.2011

A **INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB nº 1.212/2011-DOU: 25.11.2011** prorroga o prazo de apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.110, de 24 de dezembro de 2010, relativa ao mês de setembro de 2011.

Indústrias de Semicondutores-PADIS-Critérios-Alterções

O **DECRETO nº 7.600/2011-DOU: 08.11.2011** altera o Decreto nº 6.233, de 11 de outubro de 2007, que estabelece critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS, instituído pelos arts. 1º a 11 da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007.

Parcelamento-Débitos Apurados no Simples Nacional

A **RESOLUÇÃO CGSN nº 92/2011-DOU: 22.11.2011** dispõe sobre o parcelamento dos débitos tributários apurados no Simples Nacional.

JURISPRUDÊNCIA

TRABALHO

Salário Mínimo-Fixação por Decreto do Executivo-Constitucionalidade

Por oito votos a dois, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou, nesta quinta-feira (3), a constitucionalidade do artigo 3º da Lei 12.382/2011, que atribui ao Poder Executivo a incumbência de editar decreto para divulgar, a cada ano, os valores mensal, diário e horário do salário-mínimo, com base em parâmetros fixados pelo Congresso Nacional.

A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta da Inconstitucionalidade (ADI) 4568, ajuizada em março pelo Partido Popular Socialista (PPS), pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e pelo Democratas (DEM).

Alegações

Os partidos políticos argumentavam que o dispositivo impugnado é inconstitucional por ofender, *claramente, o disposto no artigo 7º, inciso IV, da Constituição Federal (CF)*, que determina que o salário-mínimo seja fixado em lei. E, sustentavam, que a CF exige *lei em sentido formal*.

Alegavam, também, que a norma impugnada, ao delegar ao Poder Executivo o estabelecimento do valor do salário-mínimo por decreto, entre os anos de 2012 e 2015, o faz com exclusividade, sendo que *o Congresso Nacional não poderá se manifestar sobre o valor do salário* nesse período.

O advogado Bernardo Campos, que atuou na sessão de hoje em nome dos autores da ADI, sustentou, ainda, que o salário-mínimo tem componentes políticos, econômicos e sociais que transcendem o mero cálculo matemático. Daí a importância de o mínimo ser debatido pelo Congresso e editado por lei.

Relatora

A maioria acompanhou o voto da ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, segundo a qual o decreto presidencial de divulgação anual do salário-mínimo é mera aplicação da fórmula, do índice e da periodicidade para ele estabelecidos pela Lei 12.382/2011. *A Presidente da República não pode aplicar índices diversos da lei aprovada pelo Congresso*, observou a ministra. *A lei impôs a divulgação do salário-mínimo conforme índices fixados pelo Congresso*, ponderou a relatora.

A ministra endossou o argumento da Procuradoria-Geral da República (PGR), da Presidência da República, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), da Câmara e do Senado de que não se trata de delegação de poder autônomo para o Poder Executivo fixar o valor do salário-mínimo, mas tão somente da atribuição de, obedecendo os parâmetros fixados pelo Congresso Nacional na Lei 12.382, de fevereiro deste ano, calcular matematicamente o valor do salário-mínimo.

Ainda segundo ela, a não divulgação do salário-mínimo pelo Poder Executivo traria insegurança jurídica, pois qualquer outro órgão ou a imprensa poderia divulgá-lo, aplicando a fórmula determinada pelo Congresso, porém com risco para a credibilidade, pois não seria uma divulgação oficial.

Ela rebateu o argumento de que, para que o Executivo tivesse a faculdade de divulgar o valor do mínimo, haveria necessidade de uma lei delegada. Segundo ela, a Lei 12.382 é uma lei ordinária, que pode ser revogada ou modificada já no ano seguinte à sua edição, não engessando o poder do Congresso de deliberar sobre o assunto.

Votos

No mesmo sentido da relatora votaram o ministro Luiz Fux, o ministro Dias Toffoli, o ministro Ricardo Lewandowski, o ministro Joaquim Barbosa, o ministro Gilmar Mendes, o ministro Celso de Mello e o ministro Cezar Peluso. Segundo os ministros Luiz Fux e Dias Toffoli, a lei impugnada não dá ao Poder Executivo discricionariedade para fugir da lei aprovada pelo Congresso e sancionada pela presidente da República.

A qualquer momento, em 2012, poderá ser proposta alteração do dispositivo do artigo 3º. Portanto, o Congresso não está alijado do debate sobre a política do salário-mínimo, observou o ministro Dias Toffoli. No mesmo sentido, o ministro Ricardo Lewandowski disse que o decreto de fixação do salário-mínimo *tem natureza meramente administrativa, é um ato declaratório, que não cria direito novo.*

Ao votar no mesmo sentido, o ministro Joaquim Barbosa observou que *não há qualquer inconstitucionalidade a ser declarada. O conteúdo decisório se esgota na norma (Lei 12.382/2011).* Também o ministro Celso de Mello, que acompanhou essa corrente, afirmou que o decreto de divulgação do mínimo *é um ato meramente declaratório, não constitutivo de situação nova, sendo vinculado aos parâmetros da Lei 12.382.*

Divergência

O ministro Carlos Ayres Britto abriu a divergência, votando pela procedência da ADI. Ele entende que o artigo 7º, inciso IV, da Constituição exige uma lei anual para edição do salário-mínimo, debatida e aprovada pelo Congresso Nacional para posterior sanção pela presidência da República. No mesmo sentido votou o ministro Marco Aurélio.

Outros dispositivos

Também acompanhando o voto da relatora, o presidente da Suprema Corte, ministro Cesar Peluso, declarou, entretanto, que os parágrafos 2º e 3º do artigo 2º da Lei 12.382 conteriam flagrante inconstitucionalidade, ao prever delegação de poder, e propôs que o Plenário avaliasse se não deveria apreciar o tema, embora não fosse suscitado pelos autores da ADI.

O parágrafo 2º estabelece que, na hipótese de não divulgação do INPC referente a um ou mais meses compreendidos no período do cálculo até o último dia útil imediatamente anterior à vigência do reajuste do salário-mínimo, o Poder Executivo deve estimar os índices dos meses não disponíveis.

Por seu turno, o parágrafo 3º dispõe que, *verificada a hipótese de que trata o § 2º, os índices estimados permanecerão válidos para os fins desta Lei, sem qualquer revisão, sendo os eventuais resíduos compensados no reajuste subsequente, sem retroatividade.*

Colocada em votação, a proposta não foi aprovada pela maioria, quer porque não constava do pedido inicial feito pelos partidos políticos, quer porque não foi apreciada previamente pela PGR e pela AGU, ou ainda por julgar que também ela encerrava comando emanado pelo Congresso Nacional, não eliminando pronunciamento do Legislativo. Neste ponto, o voto do ministro Cezar Peluso foi acompanhado pelos ministros Ayres Britto e Marco Aurélio.

Fonte: Notícias do STF, em 03.11.2011.

ORIENTAÇÕES

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

ESTRESSE E OS AFASTAMENTOS DO TRABALHO

Problemas causados pelo estresse (depressão, alcoolismo, hipertensão, dor de cabeça e outros) levaram 1,3 milhão de brasileiros a se afastarem do trabalho e receberem auxílio-doença, segundo uma pesquisa recente da UnB (Universidade de Brasília), divulgada no começo de abril.

O estudo também mapeou as principais causas de afastamento dos trabalhadores. Entre os principais motivos, além dos problemas mentais decorrentes do estresse, está a esquizofrenia.

Para *Anadergh Barbosa Branco*, professora de medicina do trabalho da UnB e autora do estudo, a falta de um exame preciso que comprove distúrbios psicológicos, como a depressão, faz com que os funcionários nesse estágio de estresse não saibam lidar com o problema, assim como a maioria das empresas.

O número de funcionários afastados, registrado em 2008, é preocupante e mostra a sociedade como *criadora de uma legião de incapacitados*, afirma Anadergh.

As doenças da mente representam cada vez mais um fator importante [de afastamento no trabalho], com maior curso e duração, e estão crescendo em quantidade. Há um custo social alto para o governo e para a sociedade. É preciso acordar para isso, diz.

Dentro do trabalho, as causas do quadro depressivo podem ser inúmeras: cobranças incessantes e assédio moral, por exemplo.

Já do lado de fora, o fim de um relacionamento e a perda de um parente querido podem motivar tristeza profunda e dificuldade para lidar com o dia a dia.

O mais importante após o diagnóstico, independente do nível de estresse, é procurar tratamento imediato. *Anadergh* afirma que isso requer, inevitavelmente, afastamento temporário da rotina do emprego.

NÃO É FRESCURA

Visto como *frescura* por patrões despreparados, o estresse leve pode levar a prejuízos maiores se não for tratado com urgência.

Segundo uma pesquisa da Universidade de Bristol, na Grã-Bretanha, mesmo os *estressados leves* acabam incapacitados ao longo do tempo.

Mais de 17 mil trabalhadores na região de Estocolmo, na Suécia, foram avaliados entre 2002 e 2007. No período, 649 passaram a receber ajuda por problemas de saúde a longo prazo; 203 tiveram danos psicológicos; e boa parte do grupo restante acabou afastado por desgaste físico.

Mesmo o estresse leve aumenta em 70% a necessidade de afastamento do trabalho. Isso acontece mesmo se forem considerados fatores externos que influenciam os resultados da pesquisa, como uso de álcool.

Ao menos 66% dos entrevistados na pesquisa britânica pediram afastamento do trabalho por problemas mentais.

SOFRIMENTO CONSTANTE

Estar triste ou preocupado por uma coisa pontual é normal, mas é preciso ficar atento se o sofrimento é constante, diz a presidente da Isma-BR (Associação Internacional de Cuidados com o Estresse, em tradução do inglês), Ana Maria Rossi.

Sintomas físicos como tensões musculares, dores de cabeça e dores no intestino são características de quem precisa de tratamento médico e não está se cuidando como deveria. Também há sinais emocionais, como ansiedade, culpa, depressão e raiva, que levam a ações inadequadas e *explosões* no trabalho.

No Brasil não é diferente. Além das estatísticas levantadas pela UnB, a Isma aponta que 70% da população brasileira sofre de estresse. Desse total, 30% apresentam burnout, que é o estado de exaustão física e mental que pode levar à depressão e até ao suicídio.

Ana Maria também chama a atenção para os prejuízos significativos com isso, já que o auxílio-doença é cedido pelo Ministério da Previdência, ou seja, tem origem em dinheiro público.

Estimamos que o prejuízo seja de 3,5% do PIB (Produto Interno Bruto) do país, considerando faltas, ausência na empresa, presenteísmo (quando a pessoa está fisicamente no local, mas alheia ao que faz), e a licença-médica, com os problemas todos de saúde. O prejuízo maior é do trabalhador, que prejudica o seu bem maior, que é a sua saúde", afirma.

Fonte: R7-Divulgado pela Revista PROTEÇÃO, em 26.04.2011.

PERGUNTAS MAIS FREQUENTES

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuintes Individuais-Inscrição no RGPS

Como é procedida a inscrição dos Segurados Contribuintes Individuais no RGPS-Regime Geral de Previdência Social?

A inscrição dos segurados contribuinte individual será feita uma única vez e o NIT (Número de Inscrição do Trabalhador) a ele atribuído deverá ser utilizado para o recolhimento de suas contribuições.

Quando da formalização do cadastro não será exigida documentação comprobatória, bastando que o sujeito passivo preste as informações necessárias.

As informações fornecidas para o cadastramento têm caráter declaratório e são de inteira responsabilidade do declarante, podendo a RFB ou o INSS, conforme o caso, exigir, a qualquer momento, a sua comprovação.

A comprovação das informações fornecidas, quando exigida, poderá ser feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) carteira de identidade;
- b) número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)
- c) comprovante de residência.

As pessoas jurídicas são obrigadas a efetuar a inscrição, no INSS, dos contribuintes individuais contratados, respectivamente, caso esses não comprovem sua inscrição na data da admissão na cooperativa ou da contratação pela empresa.

Os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, bem como as demais entidades integrantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que contratarem pessoa física para prestação de serviços eventuais, sem vínculo empregatício, inclusive como integrante de grupo-tarefa, deverão obter dela a respectiva inscrição no INSS ou, caso o trabalhador não seja inscrito, providenciá-la, registrando-o como contribuinte individual.

Após a cessação da atividade, o segurado contribuinte individual deverá solicitar a suspensão da sua inscrição no RGPS, perante o INSS, observadas as normas por este estabelecidas.

Fundamentação Legal: Arts. 17, 18, 19 e Art. 20 da Instrução Normativa RFB nº 971/2009

TRABALHO

Atestados Médicos-Ordem Preferencial

Qual a ordem preferencial para aceitação pelas Empresas de atestados médicos?

A justificação da ausência do empregado ao serviço por motivo de doença, para não ocasionar a perda da remuneração correspondente, deve observar a ordem preferencial dos atestados médicos estabelecida em lei, conforme dispõe a Súmula no 15 do TST:

Súmula nº 15. Atestado médico

A justificação da ausência do empregado motivada por doença, para a percepção do salário-enfermidade e da remuneração do repouso semanal, deve observar a ordem preferencial dos atestados médicos estabelecida em lei.

De acordo com o § 2º do Art. 6º da Lei 605/49, a doença será comprovada mediante atestado de médico da instituição da previdência social a que estiver filiado o empregado, e, na falta deste e sucessivamente, de médico do Serviço Social do Comércio ou da Indústria; de médico da empresa ou por ela designado; de médico a serviço de representação federal, estadual ou municipal incumbido de assuntos de higiene ou de saúde pública; ou não existindo estes, na localidade em que trabalhar, de médico de sua escolha.

De acordo com a Súmula 282 do TST:

Ao serviço médico da empresa ou ao mantido por esta última mediante convênio compete abonar os primeiros 15 (quinze) dias de ausência ao trabalho.

Ressalvamos a existência de entendimentos doutrinários e jurisprudenciais no sentido de que o atestado médico fornecido pelo SUS deve ser aceito ainda que a empresa tenha médico próprio ou em convênio.

Por meio da Resolução CFM no 1.658/2002, em vigor desde 20.12.2002, alterada pela Resolução CFM no 1.851/2008, o Conselho Federal de Medicina normatizou a emissão de atestados médicos estabelecendo, entre outros, que:

- a) somente aos médicos e aos odontólogos, estes no estrito âmbito de sua profissão, é facultada a prerrogativa do fornecimento de atestado de afastamento do trabalho;
- b) o atestado médico é parte integrante do ato médico, sendo seu fornecimento direito inalienável do paciente, não podendo importar em qualquer majoração de honorários;
- c) ao fornecer o atestado, o médico deverá registrar em ficha própria e/ou prontuário médico os dados dos exames e tratamentos realizados, de maneira que possa atender às

pesquisas de informações dos médicos peritos das empresas ou dos órgãos públicos da Previdência Social e da Justiça;

d) o profissional que faltar com a verdade nos atos médicos atestados, causando prejuízos às empresas, ao governo ou a terceiros, está sujeito às penas da lei;

e) as informações oriundas da relação médico-paciente pertencem ao paciente, sendo o médico apenas o seu fiel depositário;

f) o atestado médico goza da presunção de veracidade, devendo ser acatado por quem de direito, salvo se houver divergência de entendimento por médico da instituição ou perito.

Fundamentação Legal: Citada no texto.